



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 060/2021
PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2021

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 028/2021, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, separado judicialmente, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/Pr, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **LSNET SUPLEMENTOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.931.647/0001-49, estabelecido na Av. José Bonifácio, 874 - centro - São José das Palmeiras -PR, neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. Leandro Sestak, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº 8.103.272-6 SSP/PR e CPF nº 043.120.899-90, residente e domiciliado na Av. José Bonifácio, 747 - Centro - São José das Palmeiras- PR e pela sócia-administradora a Sra. Fernanda Caroline de Oliveira Sestak, brasileira, casada, empresária, portadora da RG nº 6.571.984-3 e CPF nº 036.025.399-70, residente e domiciliada na Av. José Bonifácio, 747- centro - São José das Palmeiras-PR, doravante denominado **CONTRATADO**, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira – Do objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de assessoria/consultoria, manutenção preventiva e corretiva nos computadores, Notebooks e Servidores pertencentes ao município de São José das Palmeiras.

Cláusula Segunda – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial nº 028/2021, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitarem.

Cláusula Terceira: – Do preço, condições de pagamento – O preço será de R\$ 77,00 (setenta e sete reais) por hora, totalizando o valor máximo de R\$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais), até término do contrato. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal/fatura acompanhada dos seguintes documentos: 1) Relatório detalhado da (s) impressões emitido pela Contratada; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais; 6) Certidão de Débitos Trabalhistas. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo único: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidadesj123@gmail.com

Cláusula Quarta – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 31 de Agosto de 2022, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	290	02.002.04.121.0002.2003	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	550	03.001.04.122.0002.2008	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	630	03.002.04.122.0002.2009	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício



Estado do Paraná
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ 77.819.605/0001-33



2021	720	04.001.04.123.0003.2010	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	820	04.002.04.123.0003.2011	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	1130	05.001.12.361.0004.2017	107	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	1310	05.001.12.361.0004.2018	103	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	1410	05.001.12.365.0004.2019	104	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	1530	05.001.12.365.0004.2021	103	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	1620	05.001.12.367.0004.2023	103	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	1730	05.002.13.392.0005.2024	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	2260	06.002.10.301.0007.2035	303	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	2580	06.002.10.304.0007.2039	494	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	2581	06.002.10.304.0007.2039	4971	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	2582	06.002.10.304.0007.2039	4942	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	2960	07.001.15.452.0008.2043	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	3360	08.002.20.606.0010.2048	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	3470	09.001.08.244.0012.2049	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	3800	09.002.08.244.0012.2056	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	3860	09.002.08.244.0012.2057	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	4050	09.003.08.243.0012.2061	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício
2021	4110	09.003.08.243.0012.2062	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício

Cláusula Quinta - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sexta: Da Rescisão - O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: Da Cessão - Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Oitava: Do local de entrega da prestação dos serviços - serviços deverão ser prestados nos locais onde forem solicitados, ou seja, nas diversas Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras. São ainda obrigações da contratada:



Estado do Paraná
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ 77.819.605/0001-33



- a) A emissão de orçamentos e notas fiscais serão sempre de iniciativa da empresa Contratada;
- b) **O (s) atendimento (s) deverão ser prestado (s) conforme abaixo solicitados:**
- **Atendimento com prioridade baixa – até 3 (três) horas após solicitação;**
- **Atendimento com prioridade média – até 2 (duas) horas após a solicitação;**
- **Atendimento com prioridade alta – até 1 (uma) hora após a solicitação.**
- c) Devolver à Contratante todos os itens que forem substituídos, mesmo que inaproveitáveis, juntamente com a solicitação de serviço autorizada e discriminação das peças utilizadas, o material substituído deverá ser encaminhado à Secretaria de Administração;
- d) Responsabilizar-se pelos equipamentos, acessórios, etc., entregues para manutenção, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros quando. Facilitar o acesso aos locais em que estiverem sendo executados os serviços, de funcionários credenciados pela Secretaria Municipal de Administração;
- e) Fornecer ao Contratante quando solicitado todo o material e documentação técnica, necessários para a perfeita administração e acompanhamento dos serviços realizados, tais como códigos de peças, tabelas de preços, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pelo fabricante, tabelas de tempo padrão de serviços e reparos, etc., que servirão de referência para a execução dos serviços;
- f) A Secretaria de Administração reserva-se o direito de rejeitar qualquer serviço que não atenda as exigências, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços e também não isenta a empresa proponente de responsabilidade quanto ao cumprimento dos termos da garantia de serviço;
- g) Quando o serviço não puder ser realizado no local em que se encontra o equipamento por questões técnicas, sendo necessário realizar o conserto na sede da empresa vencedora, caberá a empresa contratante transportar os equipamentos até a sua sede, devendo o serviço ser iniciado no prazo máximo de 01 (uma) hora após o recebimento da solicitação.
- h) Fornecer, sem qualquer ônus adicional para o Contratante, todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, transporte, etc., necessários para a completa realização dos serviços, inclusive os materiais necessários para a limpeza de peças e acessórios quando o (s) equipamento (s) estiver em manutenção, antes da entrega do mesmo a Secretaria de Administração;
- i) A Contratada aceita, desde já, acréscimos ou supressões nos serviços contratados até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- j) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.
- k) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- l) A Contratada só poderá efetuar a cobrança das horas efetivamente trabalhadas no conserto do equipamento (s) sendo vedada a cobrança de hora/mão-de-obra quando o bem público permanecer no aguardo de peças e outras providências.

Cláusula Nona – Da Fiscalização - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, **Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima - Das alterações - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Primeira- Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.
E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 17 de Agosto de 2021.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Nelton Brum
Contratante

LSNET SUPLEMENTOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME

Leandro Sestak
Contratado

LSNET SUPLEMENTOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME

Fernanda Caroline de Oliveira Sestak
Contratado

Testemunhas:

17-04

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

1985



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2021**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de assessoria/consultoria, manutenção preventiva e corretiva nos computadores, Notebooks e Servidores pertencentes ao município de São José das Palmeiras.


CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

CONTRATADO: LSNET SUPLEMENTOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME

VALOR: R\$ 77,00 (setenta e sete reais) por hora, totalizando o valor máximo de R\$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais).até término do contrato.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 31 de Agosto de 2022.

São José das Palmeiras, em 17 de Agosto de 2021.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal

17 - 04

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

1985

Município de São José das Palmeiras - 2021

Mapa da Licitação

Pregão 28/2021

Página:1

Equipiano

Data abertura: 17/08/2021

Data julgamento: 17/08/2021

Data homologação:

CNPJ: 08.931.647/0001-49

Produto	UN.	Quantidade	Preço	Marca
Lote 001 - Lote 001				
001 Serviço de suporte, manutenção corr	SERV	800,00	77,00 *	LSNET
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR			61.600,00	
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR				

CNPJ: 08.931.647/0001-49 - LSNET - SUPLEMENTOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA

Emitido por: Claudinei, na versão: 5527 u

FRU - Frustrado DES - Deserto EMP - Empate EMC - Empate

